

## **Parecer Jurídico 20/2025**

Protocolo 40529 Envio em 22/04/2025 14:57:21

**Assunto:** Projeto de Lei Complementar nº 03/2025

Foi encaminhado pelo Presidente da Câmara Municipal o Projeto de Lei Complementar nº 03/2025, que "Altera a Lei Complementar nº 303, de 15 de janeiro de 2025, que Dispõe sobre a estrutura e organização administrativa da Administração Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e dá outras providências", para análise e parecer técnico.

O projeto em análise vem criar a Secretaria Municipal de Suprimentos, Logística e Transporte, descrevendo suas atribuições e, por consequência, promovendo alterações nos arts. 16, 43 e 50, inclusões do CAPÍTULO XVIII no TÍTULO IV e dos arts. 57-A e 57-B, e alterações em partes dos Anexos I, IV, VII, VIII e X, na Lei Complementar 303/2024.

A proposição enquadra-se quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos dos arts. 14, XVI; 55, § 3º, I, II, III, todos da Lei Orgânica do Município, combinado com arts. 30, Inciso I da Constituição Federal, que assim diz:

**“LOM- Art. 14 - Cabe à Câmara de Vereadores, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de interesse local, especialmente:**

**XVI - deliberar sobre os projetos oriundos do Executivo quanto aos servidores municipais, criando cargos, empregos e funções e fixando a sua remuneração e a revisão geral e anual, bem como planos de carreira, reestruturação administrativa e vantagens pecuniárias, com exclusão dos servidores da Câmara, objeto de iniciativa da Mesa Diretora**

**Art. 55 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, a Mesa Diretora, a qualquer Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos eleitores do Município.**

**§3º - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que:**

**I - criem cargos, funções ou emprego públicos, fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores da administração direta, autárquica ou fundacional;**

**II - disponham sobre o regime jurídico dos servidores do Município;**

**III - criem, alterem, estructurem as atribuições dos órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional;**

**“CF – Art 30 Compete aos municípios:**

**I – legislar sobre assuntos de interesse local;”**

O projeto em tela apresenta planilha de impacto financeiro-orçamentário, necessária em face da criação de cargos de caráter permanente (fls. 62/75).

Por fim, seu art. 5º estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Plenário “Vereador Oscar Porfírio Neto”

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: [www.paraguacupaulista.sp.leg.br](http://www.paraguacupaulista.sp.leg.br)

produzindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2025, caso seja aprovada.

O PLC 03/2025, por se tratar de **lei complementar** (Art. 54, § único, Inc. IV), deverá ser submetida a dois turnos de votação, conforme previsto no artigo 239, § 1º, alínea “b”, bem como obter votos da maioria absoluta para sua aprovação, nos termos do artigo 53, § 1º, Incisos IV e XII do Regimento Interno.

*“LOM - Art. 54 - Observado o processo legislativo das leis ordinárias, a aprovação de lei complementar exige o “quorum” da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.*

*Parágrafo Único - São leis complementares, além de outras indicadas nesta lei, as que disponham sobre:*

*IV - Estatuto do Servidor Público Municipal e suas alterações e todas as matérias relativas a cargos e salários, Planos de Reclassificação ou Tabelas de Vencimentos, aumentos, revisões e vantagens pecuniárias, obedecidos os postulados constitucionais;*

*“R.I - Art. 239 - Discussão é a fase dos trabalhos destinadas aos debates em Plenário.  
§ 1º - Serão votados em dois turnos de discussão e votação, com intervalo mínimo de dez (10) dias entre eles:*

*b) os Projetos de Lei Complementar;”*

*“Art. 53 - O Plenário deliberará:*

*§ 1º - Por maioria absoluta sobre:*

*IV - Criação de cargos, funções e empregos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como sua remuneração;*

*XII - Criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Subprefeituras, Conselho de Representantes e dos órgãos da administração pública;”*

Todavia, solicitou o Autor, através do **Ofício nº 206/2025-GAP**, protocolizado em 15/04/2025, que o projeto seja convocado sessão extraordinária para sua apreciação em razão da urgência e relevância da matéria.

A **natureza relevante** reside no fato de se tratar de matéria da área administrativa, referente adequações da estrutura da Prefeitura, no escopo da reforma aprovada no final de 2024 e promulgada em janeiro de 2025. Considerando que as adequações produzem efeitos em 1º de maio de 2025, a fim de evitar a perda de oportunidade, esta propositura não pode esperar o trâmite ordinário de 45 (quarenta e cinco) dias, restando evidente a **urgência** e o interesse público na rápida tramitação da matéria

A realização de sessão extraordinária está prevista no Art. 31, § 2º da Lei Orgânica do Município e 177, § 1º do Regimento Interno.

*“LOM - Art. 31 - A Câmara de Vereadores, durante as sessões legislativas, reunir-se-á ordinária, extraordinária e solenemente, conforme dispuser seu Regimento Interno.*

*§2º - As reuniões extraordinárias e solenes, realizáveis fora do estabelecido no parágrafo anterior, serão convocadas, em reunião ou fora dela, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas.”*

**"RI - Art. 177** *As sessões extraordinárias, no período normal de funcionamento da Câmara, serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela.*

**§ 1º** *Quando feita fora de sessão, a convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação pessoal e escrita, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas."*

Por força do disposto no art. 17, inciso IX da Lei Orgânica, cabe ao Presidente efetuar a convocação de sessão extraordinária para apreciação de qualquer projeto de lei, desde que observado a urgência e a natureza relevante da matéria, de acordo com justificativas apresentadas que embasam a convocação.

**Art. 17** - *Ao Presidente da Câmara de Vereadores, seu representante máximo, cabem, entre outras, as seguintes atribuições:*

**IX** - *convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, no período das reuniões ordinárias, quando a matéria a ser apreciada for urgente e de natureza relevante.*

Diante disso, o Projeto de Lei Complementar nº 03/2025 apresenta-se regular quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, portanto **legal** face às normas vigentes, devendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

É o parecer.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 22 de abril de 2025

Mario Roberto Piazza  
Procurador Jurídico

